



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 31 18.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de abril de 2021

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Marco Antunes (em substituição de Joaquim Francisco da Silva Barbas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Anabela Milhinhos (em substituição de Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Ceia Miranda, Raúl Cordeiro (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, José Manuel Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Pinheiro, António Carreiras (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Pedro Ranheta (em substituição de Ana Catarina Vilhais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, e Hugo Parente (em representação de Luís Miguel Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação). -----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi verificada a existência de quórum. Chamou para a mesa Carla Mocito e Anabela Milhinhos para o lugar de primeira secretária e segunda secretária, respetivamente. -----

Intervenção do público

Não houve intervenção do público. -----

Período antes da ordem do dia:

Moção – CDU (Hugo Capote)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Esta minha intervenção prende-se com um assunto que já foi discutido em assembleias anteriores, tendo havido uma deliberação em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte. Nessa Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, foi deliberada a aquisição de três imóveis para as futuras instalações duma empresa privada, a Coopor, que funciona na nossa cidade, tendo na altura ficado essa aquisição admitida e para que pudéssemos viabilizar a intenção de um empresário, de iniciar um processo imobiliário, nas instalações da atual Coopor.

Passados seis meses, constatamos que a Coopor continua a funcionar exatamente no mesmo sítio. A questão que coloco à senhora presidente é porque é que a Coopor ainda não se mudou para as instalações e, partindo eu do princípio que depois da deliberação, os imóveis já foram adquiridos pela Câmara.

Depois, se assim aconteceu, a segunda pergunta era se a Câmara continua a pagar as rendas das atuais instalações da Coopor?

Relembro que já vamos com mais de duzentos e vinte e seis mil euros de rendas pagas à Coopor, desde dois mil e cinco, isto sem termos qualquer limite temporal previsto.

Dentro daquilo a que tivemos acesso, o presidente da Coopor aceitava a mudança de instalações, desde que não se alterasse esse pressuposto do pagamento de renda àquele valor e acrescentamos-lhe duzentos e vinte e tal mil euros de aquisição destes imóveis pela Câmara.

Portanto, as minhas perguntas são muito simples, tendo na altura sido informada a Assembleia Municipal que havia alguma urgência na resolução desta situação, por causa da intenção de investimento de um privado no nosso concelho.”

A presidente da Câmara Municipal de Portalegre cumprimentou os presentes e, relativamente àquela questão, disse que, de facto, o município de Portalegre adquiriu um imóvel para o município de Portalegre. Quanto à questão da Coopor, referiu que a mesma passou para um edifício de que era proprietário um privado e, desde aí, o município pagava a renda àquele proprietário. Sendo que a Coopor paga a mesma renda do que quando estava no outro edifício. Foi aquele o contrato celebrado na altura e assumido pelo município, em dois mil e cinco. Entretanto, quando se deu conta daquele contrato, tentou resolver a situação e, atualmente, foi feita uma contra proposta. Houve uma reunião na semana em curso com o advogado da Coopor e o da Câmara, na tentativa de se encontrar uma solução de mútuo acordo, a qual irá à reunião de executivo, para se poder apreciar aquela versão final. Acrescentou que não aconteceu mais cedo porque o advogado da Coopor vive em Lisboa e, devido à situação pandémica, só há pouco foi possível deslocar-se a Portalegre. -----

O presidente da mesa recordou à presidente da Câmara que tinha sido ali deliberado a aquisição de um edifício com uma determinada consignação e não a aquisição, para o município, de um imóvel. -----

Hugo Capote disse ter consigo a ata daquela Assembleia Municipal, de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte, onde as justificações da presidente da Câmara foram de que a aquisição dos três imóveis, no valor de duzentos e vinte e seis mil euros, eram com outra intenção. Perguntou à presidente se a Coopor já não iria para aqueles imóveis. Afinal o valor tinha sido gasto na aquisição de um único imóvel para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

autarquia? Para que fim? A Câmara Municipal tinha um vasto património imobiliário, embora muitos em risco de ruína e devolutos.-----

A presidente da Câmara Municipal disse que, de facto, a Câmara tinha adquirido um imóvel. A intenção da Coopor era de ir para aquele imóvel, caso a autarquia assim entendesse. O que estavam a tentar conciliar eram as condições de ida para o imóvel, porque o contrato anterior não podia continuar nos mesmos moldes. O contrato, de algum modo, não defendia os interesses da Câmara Municipal.-----

O presidente da mesa disse à presidente da Câmara que os fundamentos para a aquisição de imóveis deviam estar subjacentes à aquisição do próprio imóvel.-----

Hugo Capote salientou que ficavam ali óbvias duas coisas: a trapalhada com que a presidente da Câmara Municipal de Portalegre acabava sempre por gerir aquelas situações e o à vontade com que se ia àquela Assembleia Municipal solicitar mais duzentos e tal mil euros para a aquisição de um imóvel, a juntar a mais de duzentos mil que a autarquia já tinha gasto de apoio direto a uma empresa privada do concelho.

Por outro lado, a presidente da Câmara falhou, uma vez mais, naquilo que era a sua principal função, que era a defesa dos interesses dos portalegrenses.

Concluiu, referindo que, afinal não estava ainda certo que a Coopor fosse para o imóvel adquirido, embora o dinheiro já tivesse saído da autarquia. Além de que se continuavam a pagar as rendas da Coopor, no atual edifício.

Provavelmente, ainda existiriam consequências jurídicas daquela situação, a qual considerou ser ilegal.-----

Henrique Santinho, em nome da freguesia dos Fortios, agradeceu à presidente da autarquia pela requalificação da Rua da Boavista, embora os passeios e as bermas tivessem ficado muito desniveladas. Lembrou que ainda estavam obras importantes por fazer. Em dois mil e treze, durante a campanha eleitoral da CLIP, foi prometida a recuperação da estrada que liga os Fortios ao Frangoneiro, a qual tem cerca de quatro quilómetros e meio. Tal promessa foi renovada em dois mil e dezassete. Perguntou à presidente da Câmara se iria honrar a promessa e se a obra teria andamento.-----

A presidente da Câmara disse que além da Rua da Boavista também tinha sido requalificado o Largo da Boavista. Quanto à estrada, referiu ser uma prioridade para a Câmara e estava dentro dos planos, portanto, iriam tentar cumprir.-----

Marco Antunes, relativamente à Fundação Robinson e ao Espaço Robinson, disse que, aparentemente, aquele assunto tinha desaparecido, quer das reuniões de Câmara, quer das da Assembleia Municipal. Na realidade, para o PSD, o Espaço Robinson acabava por ser uma nódoa, naquele mandato da CLIP. Ficaram muitas coisas por esclarecer e perguntou à autarca se, efetivamente, as chaminés tinham sido intervencionadas? Em segundo, perguntou se os vencimentos em atraso dos funcionários da Fundação e as contas por pagar já tinham sido liquidados? Por último, quanto ao chumbo do Tribunal de Contas acerca do negócio proposto para o Espaço Robinson, recordou que a Presidente disse estar a negociar com o Tribunal uma solução para a aquisição daquele espaço. Qual era o estado da negociação?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse não se lembrar de ter referido que estava a negociar com o Tribunal de Contas e que se o fez foi por lapso. Salientou que não se negociava com o T.C. e o que foi feito foi reformular o pedido. O que estavam a tentar era que a insolvência da Fundação Robinson chegasse ao fim da Sociedade Corticeira Bros, S.A., a qual já estava em tribunal. Esperava que o processo fosse rápido, para se poder prosseguir com a estratégia já ali apresentada. Quanto aos pagamentos, disse estarem todos em dia. Na parte das chaminés, disse não terem avançado com a sua recuperação.- -----

Luís Carvalho disse ter sido apresentada, recentemente, a Rede Nacional de Espaços de Teletrabalho no interior. Na primeira fase e no conjunto amplo de municípios que tinham apresentado candidatura, apenas três estavam no Alentejo: Vendas Novas, Alvito e Alter do Chão. No fundo, a dimensão do teletrabalho tinha vindo para ficar e a criação daquele tipo de espaços, nos centros das cidades, era um objetivo que a Câmara de Portalegre deveria ter.

Relativamente às taxas de execução do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial no Alto Alentejo, referiu que, passados cerca de sete anos do período de programação, tinham taxas de execução muito baixas. Era pois necessária uma reflexão e mobilização sobre aquela baixa execução dos projetos. Entendia que tinham de elevar a fasquia para o futuro. Cada uma das pessoas e das entidades que tinham um contributo direto para a realização dos investimentos estruturantes para a cidade e para a região devia ter um papel mais ativo, quer na apresentação dos projetos técnicos, quer na submissão de candidaturas, por parte da administração e ainda na desburocratização dos processos.

Acrescentou ser muito importante haver uma consensualização no que dizia respeito aos principais instrumentos de desenvolvimento territorial e dos investimentos que os corporizavam. Portanto, não se podia correr o risco de se perder investimentos estruturantes para o desenvolvimento da cidade de Portalegre.

Na questão do Plano de Recuperação e Resiliência, disse ser um desafio para toda a sociedade e todos tinham de ser sensibilizados para a importância de serem desenvolvidas as reformas daquele plano. No caso de Portalegre, tinha de haver um papel afirmativo no estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de projetos, principalmente dos que não tinham muitos recursos técnicos, ou conhecimentos, e que pudesse ser a autarquia a ter um papel de proximidade junto dos mesmos.

Em termos de números, salientou que, no novo Portal da Transparência, Portalegre era responsável por cerca de vinte e três por cento do investimento no Alto Alentejo, mais de oitenta e seis milhões de euros e cerca de trezentos beneficiários diretos, em termos dos projetos apresentados e mais de quinhentos e cinquenta projetos financiados no âmbito do Portugal 2020. Tais números eram importantes e tinha de ser mantidos.

Por último, relativamente à eletrificação da Linha do Leste e a criação de uma estação mais próxima da cidade, recordou o facto de estar em processo de apresentação de contributos, o plano ferroviário nacional. Após várias contribuições já feitas naquele sentido, destacou ser necessário trabalhar em conjunto, não só dentro do órgão Assembleia Municipal, mas naquilo que possam vir a ser alguns estudos e numa aproximação aos potenciais interessados, dentro do tecido empresarial local e regional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse ter um requerimento para entregar à mesa, relativo ao facto de se estarem a encaminhar para o final daquele mandato, na Assembleia Municipal, e julgou ser interessante fazer um balanço daquilo que tem sido a contribuição de todos, em termos de pensamento estratégico para o concelho e para a região.

Solicitou ao presidente da mesa para que os serviços fizessem uma compilação das várias moções e iniciativas ali apresentadas ao longo do mandato, pelos vários grupos municipais e de tentarem perceber qual a sequência que as mesmas tiveram, superiormente, para assim se perceber qual a relevância do esforço ali feito.-----

O presidente da mesa salientou que, em política, o balanço era feito pelos eleitores.----

Marco Antunes perguntou à presidente da Câmara se as reuniões do executivo iriam voltar a ser presenciais e a serem transmitidas online, na página do município.-----

A presidente da Câmara respondeu que sim, que iriam voltar a ser presenciais e transmitidas online. -----

Ricardo Romão disse não ter percebido se o seu requerimento tinha sido, ou não, aceite pela mesa? -----

O presidente da mesa esclareceu ao membro Ricardo Romão que percebia perfeitamente a intenção do requerimento apresentado, no sentido de perceber qual era o maior dos almanaques e quem aproveitava mais. Contudo, não cabia à mesa admitir um requerimento para produzir uma compilação das diversas moções apresentadas.

Os grupos municipais tinham a faculdade de entregar os documentos e, aliás, era uma das funções dos mesmos. As compilações das discussões da Assembleia Municipal existiam e estavam vertidas nas atas. Essas eram os verdadeiros balanços!

Portanto, não lhe competia a si arranjar ali um subterfúgio para que se agendasse uma discussão que, certamente, iriam ter nas próximas eleições, em democracia.

Não lhe pareceu correto fazer-se ali um índice sistemático do trabalho de cada um dos grupos municipais e considerou a intervenção política do membro Ricardo Romão algo redutora.-----

Ricardo Romão disse que a sua intenção era positiva. Não havia ali nenhum subterfúgio e a intenção era perceber, visto terem havido várias moções ali apresentadas e das quais não tinham tido feedback.-----

O presidente da mesa disse que aquela era a avaliação política que qualquer um deles faria. -----

Moção – PCP/PEV – 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores (Diogo Júlio Serra)

“Cumpre-se amanhã, por todo o mundo e também na nossa cidade, a decisão tomada em 1889 no Congresso Internacional de Paris: “organizar-se-á uma grande manifestação internacional com data fixa de maneira que, em todos os países e cidades,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ao mesmo tempo, no mesmo dia combinado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzirem legalmente a jornada de trabalho para oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris”.

Era a forma de os trabalhadores de todo o mundo homenagearem os mártires de Chicago (1886) e darem continuidade à sua luta.

Nas comemorações que desde então sempre se realizarem no nosso país e na nossa região – mesmo nas décadas em que o fascismo fazia pagar essa vontade, com prisões, espancamentos e mortes, o Primeiro de Maio sempre foi celebrado.

Assim será, mais uma vez, no próximo sábado.

Neste 1º de Maio de 2021 os trabalhadores portugueses voltarão a comemorar Maio colocando as suas reivindicações, testemunhando as suas convicções e celebrando as suas conquistas.

Em Portalegre os trabalhadores cumprirão Maio com concentrações e manifestações no centro da cidade. Fazem-no num momento em que todos temos motivos para reivindicar, lutar e comemorar.

Reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, reposição de direitos, novas conquistas e lutar para os tornar possíveis.

Comemorar o caminho percorrido e as mudanças e melhorias que a sua luta já alcançou e, no nosso concelho e cidade comemorem/comemorarmos também, ter sido possível retirar da situação de abandono e degradação dois dos lugares emblemáticos do Movimento Operário Portalegrense: a sede da União Operária lugar de onde partiram as primeiras manifestações do 1º de Maio em Portalegre e a Casa Sindical que desde 1912 foi sede dos sindicatos corticeiros, dos sapateiros e dos rurais.

Ambas estão em obra. A primeira acolherá serviços virados para o futuro a segunda continuará ao serviço do movimento operário acolhendo no seu espaço renovado o Centro Documental e Arquivo do Movimento Operário e Sindical do Alto Alentejo.

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 30 de Abril de 2021:

Saúda o 1º de Maio e os trabalhadores de todo o mundo e em particular aqueles que voltarão a comemorar Maio em condições comparáveis com as que foram impostas aos trabalhadores de Chicago em 1886.

Saúda os trabalhadores portugueses e particularmente os portalegrenses que amanhã estarão a comemorar este 1º de Maio, em liberdade, como o fazem anualmente desde que, em 1974, nesta cidade protagonizaram a maior manifestação de que a cidade tem memória.

Viva o 1º de Maio”

O presidente da mesa solidarizou-se com a moção ali apresentada, a qual considerou de extrema justiça e imperativa, porque numa sociedade cada vez mais desregulada, era necessário haver quem defendesse, até às últimas causas, a condição daqueles que menos condições tinham para se defender individualmente.-----

Ordem do dia:

1- Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote, relativamente à gestão das redes sociais afetas ao município, perguntou à presidente da Câmara quem é que geria as mesmas? Referiu terem havido relatos e comentários que eram apagados, sem se saber por quem e com que critério, mas o critério parecia ser uniforme para quem tecia comentários pouco abonatórios da atividade da presidente e do executivo camarário. Por outro lado, quem defendia a presidente, o comentário mantinha-se.

Recordou que a Assembleia Municipal era o órgão fiscalizador da atividade da Câmara e aquele procedimento não era, de todo, aceitável. Salientou que na última sessão do 25 de Abril foi o único membro a não ter direito a fotografia da sua intervenção, para o exterior, sem perceber o porquê do critério de exclusão.

Concluiu, dizendo ainda que as páginas das redes sociais do município não eram as da presidente, mas sim de todos os órgãos autárquicos, incluindo a Assembleia Municipal.

A presidente disse que a página da Câmara, no Facebook, era gerida pelo Gabinete de comunicação da mesma. Iria tentar saber o que se tinha passado.

Quanto à questão do 25 de abril, pediu desculpa, pois pensou que tivessem sido transmitidas todas as intervenções, em direto. -----

O presidente da mesa desconhecia a situação e também pediu desculpa ao membro Hugo Capote pelo sucedido, uma vez que a sessão solene do 25 de Abril era uma sessão da Assembleia Municipal, mas a página do Facebook era a página do município. Mais referiu que enquanto responsável daquela Assembleia, nunca tinha sido consultado sobre critérios editoriais. De qualquer modo, salientou que a página era do município e não da Câmara Municipal e o órgão de comunicação oficial do município não podia ser o órgão de comunicação oficial da Câmara Municipal de Portalegre, mas sim de toda a atividade municipal, incluindo a Assembleia Municipal. -----

Ricardo Romão disse que tinha acabado de consultar a publicação da sessão do 25 de Abril e estava lá a fotografia do membro Hugo Capote. Provavelmente, estavam a ser feitas acusações sem razão. -----

Diogo Júlio disse que, efetivamente a fotografia do membro Hugo Capote só lá estava porque o próprio reclamou aos serviços, quando viu que não estava na página. Além do facto de a sua intervenção ter sido censurada e apagada. -----

João Meira, relativamente ao relatório da atividade municipal, destacou as palavras da presidente da autarquia, na parte introdutória, onde disse que atualmente eram variadas as empreitadas e os procedimentos que estavam em curso, no município e, posteriormente, disse também que, na fase do pós estado de emergência, iria ser fundamental alavancar a economia local. Sobre aquela temática, gostaria que a presidente lhes desse um valor estimado, daquele que seria o emprego criado, a partir das empreitadas que estavam em curso. Ainda no âmbito daquelas empreitadas, achou haver dois esclarecimentos importantes a serem prestados: questionou a presidente se reconhecia que a oposição tinha sido uma força de bloqueio, quando aquilo que lhes apresentava, a pouco mais de cinco meses do final do mandato, era uma “folha de obra”. A segunda questão tinha a ver com algo que, sistematicamente, a autarca vinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dizendo, respeitante ao facto das instituições públicas e o Governo terem abandonado Portalegre. Como é que era possível estarem a decorrer oito empreitadas, cujo co financiamento público, resultante do Alentejo 2020 (FEDER) e também do Valorizar, que eram instrumentos de política pública de apoio ao investimento e que co financiaram entre oitenta e cinco a noventa por cento, eram materializadas naquele abandono que a presidente tinha apontado.

Salientou que sem aqueles apoios nenhuma das empreitadas estaria de pé, porque a Câmara Municipal de Portalegre não teria condições de as erguer.-----

Raúl Cordeiro, em relação à atividade municipal e ao excessivo foco na pandemia, disse que o relatório era bastante redutor, pois não se via mais nada de substancial quanto ao apoio relativo à pandemia. Perguntou à presidente da autarquia se achava que o apoio efetivo à pandemia seriam as obras que estavam a decorrer. Quão importante foi para a autarca o combate à dita pandemia e que medidas concretas é que não estavam ali plasmadas, mas que podiam, eventualmente, estar.

Em conclusão, aquele relatório pecava por omissão, em coisas que o município teria realizado.-----

A presidente da Câmara, relativamente às questões das empreitadas, referiu que estavam, obviamente, a falar de fundos comunitários e estavam a fazer obra, assim como todos os outros concelhos do país. Quando referiu que havia um abandono da parte do Estado Central, não se estava a referir a ninguém, em especial, mas às últimas décadas e aos investimentos públicos, do orçamento de Estado, direcionados para o nosso território.

Relativamente às questões da pandemia, disse que tinham vindo a ser afloradas em todos os relatórios, paulatinamente. Aquele relatório versava aquele último período e, felizmente, não havia grandes casos de covid-19. O apoio continuava a ser feito e relatado, como nos outros relatórios anteriores.-----

Hugo Capote disse que a questão de a presidente da Câmara estar a fazer obra numa altura como aquela era uma opção política e de gestão do seu grupo partidário, a qual seria julgada nas eleições. Contudo, o que era importante que todos percebessem era que a obra estava a ser feita à custa de outra coisa qualquer: do dinheiro que não foi gasto, graças à pandemia e, por outro lado, à custa daquilo e daqueles que a autarquia não apoiou. Houve vários municípios, com menor capacidade, que apoiaram em variadíssimas formas a sua economia local e os seus empresários.

Salientou o facto daquele relatório municipal, já passada a pior fase da pandemia, especificava que a Câmara manteve os contratos dentro do programa das medidas de apoio ao reforço de emergência, disponibilizava transportes para os munícipes serem vacinados e falava na loja social. Porém, após ter verificado, a Câmara gastava somente dois mil e seiscentos euros com a loja social. Significava que o resto do apoio provinha de doações de outras instituições, que não tinham nada que ver com a autarquia (Cáritas, Banco alimentar, etc.)

Considerou ser eticamente reprovável a presidente fazer o relatório, em que apresentava como obra sua, algo que não era dela.

Concluiu, dizendo que a presidente da Câmara tinha de ter particular atenção com o estado do concelho, uma vez que estava no Top 3, com o maior crescimento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desemprego, no último trimestre. Tinha crescido mais do que os outros concelhos com a mesma dimensão. -----

2 – Ata n.º 29, relativa à reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2021;

Marco Antunes disse que a ata em causa dava como presente o membro Fernando Rebola e a si próprio a substituir a Cristiana, quando, na realidade, tinha sido ao contrário. Relativamente à moção do PRR, apresentada por Luís Carvalho, referiu que o membro tinha mencionado que teria havido uma apresentação dum as propostas pela Câmara Municipal e que aquela moção já tinha sido preparada e que assim se manteria. Posteriormente, o membro Hugo Capote mencionou que a primeira intervenção teria estragado tudo e consubstanciou-se na sua questão para que depois fossem dadas a conhecer as ditas propostas. Portanto, aquela primeira parte da intervenção do Luís Carvalho não estava totalmente transcrita na ata.

Disse também que, na página sete e nove, o sentido da sua intervenção tinha sido de requisitar que lhes fossem cedidas as propostas enviadas pela Câmara e, na realidade, o que ficou registado na ata foi de que apenas tinha perguntado pelas mesmas. -----

Hugo Capote disse que, na página dezoito, no segundo parágrafo, onde apontou alguns exemplos de municípios com apoios concretos, referiu-se a Castelo Branco e não Castelo de Vide. -----

Ricardo Romão disse que na página catorze dizia Artur Cordeiro e deveria estar Raúl Cordeiro. Na página vinte e um, havia uma citação em seu nome que julgava não ter sido ele a fazer. Pediu que se fizesse nova audição da gravação para verificar. -----

O presidente da mesa solicitou aos serviços que efetuassem as devidas correções materiais e sugeriu que se mandasse antecipadamente a ata para que, no dia da Assembleia, já estivesse corrigida. Salientou ainda que os registos áudio eram conservados para memória futura, até por questões de segurança jurídica e, portanto, haveria sempre a possibilidade de confrontar a ata com o registo áudio. -----

3 – Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso dos SMAT;

- Deliberação da CMP de 24.02.2021 -

Hugo Capote disse que, ao ter lido a lista dos devedores, desde dois mil e doze até dois mil e dezanove, constatava-se que em dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, o Rancho Folclórico e Cultural da Boavista devia cerca de oitocentos e quarenta e quatro euros, oitocentos e noventa e dois euros e trezentos e vinte e quatro, respetivamente. Considerou estranho o facto daquele Grupo Cultural ter ali o seu nome manchado, por estar na lista de devedores dos SMAT. Perguntou se aquilo teriam sido serviços prestados pelos SMAT ao Grupo Folclórico, que não foram pagos ou se existia outra explicação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O vereador Nuno Lacão disse que o Rancho da Boavista era de boas contas e tinha um plano de pagamentos, que estava a cumprir. -----
Hugo Capote perguntou se aqueles valores dos três anos eram devidos por causa de um mês em atraso? Saliu que aquela lista era, por assim dizer, um retrato da atividade económica do concelho, nos últimos anos, porque a maior parte das empresas que lá constavam já tinham falido. Contudo, o Grupo da Boavista não estava assim e, até pelo contrário, tinha uma atividade plena e continuava a funcionar, fruto da sua gestão e da capacidade de angariar receitas próprias. -----

O vereador Nuno Lacão disse que o intuito dos SMAT não era o de expor, relativamente à nomenclatura e designação, nem de colocar todos no mesmo saco. A questão era contabilística, porque quando eram emitidas as listagens, o plano ainda não tinha terminado e aquele valor residual ainda lá estava. Portanto, presentemente, até já deveria estar pago e não faria parte da listagem, a trinta e um de dezembro próximo. Concluiu, dizendo que, como esclarecimento adicional, os SMAT estavam disponíveis para remeter à Assembleia a informação, à data, acerca do Rancho da Boavista. -----

Raúl Cordeiro disse que haviam outros valores, substanciais, que tinham deixado de fazer parte daquela lista. Perguntou qual tinha sido o critério seguido, para que aqueles valores muito mais elevados, tivesse saído da mesma e outros inferiores continuavam a estar lá. Saliu que um dos maiores devedores dos SMAT era o próprio município. Perguntou quanto daquela dívida devia ser dada como incobrável, porque ao ser dada como incobrável havia um prazo para ser abatida ao balanço. Quanto à questão colocada pelo membro Hugo Capote, referiu que se fosse colocada uma coluna de observações para se saber se a dívida estava sob um plano de pagamentos e estava a ser cumprida, provavelmente a dívida não subsistiria. -----

O vereador Nuno Lacão, quanto às dívidas incobráveis, disse que, por uma questão de timings, desapareciam da listagem, perante os trâmites legais, como já acontecera. Se alguns já não apareciam na lista, foi porque os serviços financeiros dos SMAT os contactaram e já teriam regularizado as situações de dívida. A questão da lista de observações era apertinente e referiu que iria explorar a mesma. A informação adicional do Rancho Cultural da Boavista iria ser remetida, de forma restrita, para os membros daquela Assembleia Municipal. Na sua opinião, nem deveriam constar nomes na lista, mas sim os números de cliente, para não haver exposição pública. -----

Hugo Capote perguntou se a dívida à Fino's S.A, de dois mil e quatro, ainda era passível de ser recebida. Também questionou se a dívida do Rancho da Boavista poderia, eventualmente, ter surgido de um apoio combinado com a Câmara Municipal de Portalegre, em que o serviço foi prestado pelos SMAT, mas que a autarquia poderia ter falhado e que depois quem ficou como devedor foi o rancho. -----

O vereador nuno lacão disse que o processo de insolvência da Fino's estava a decorrer e, não estando encerrado, constava na lista, até informação de que se podia encerrar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente aos compromissos, ou não, das dívidas, quer fossem de águas ou transportes, disse que, naquela situação em causa, não tinha qualquer conhecimento ou informação que pudesse prestar. -----

João Meira disse que aquela tinha sido uma luta do PS, desde o primeiro minuto, porque aquilo que constataram, até ao ano anterior, foi um conjunto de dívidas de coletividades e associações que ao serem confrontadas as dívidas não tinham sido incorridas pelas mesmas. Ao ter consultado os mapas de anos anteriores, constatou as seguintes dívidas: Grupo Folclórico da Boavista – três mil setecentos e quarenta euros de dois mil e quinze; Clube Desportivo Portalegrense – cinco mil setecentos e dez de dois mil e quinze; Grupo Desportivo da Boavista – dois mil e quatrocentos de dois mil e catorze; novamente o Clube Desportivo Portalegrense – dois mil e seiscentos de dois mil e catorze; Sociedade Musical Euterpe – dois mil seiscentos e setenta de dois mil e dezassete; Bombeiros Voluntários – trezentos e cinquenta e oito de dois mil e catorze, etc. Lembrou que o seu grupo tinha apresentado uma moção, em dois mil e dezoito, para que fossem averiguadas aquelas situações e para que as mesmas deixassem de ser apresentadas como devedoras, numa lista elencada neste órgão colegial. A questão prática era, de que forma é que as contas deixaram de constar da listagem. Foram cobradas? Quem as tinha pago? -----

O vereador Nuno Lacão disse não conseguir dar informação concreta sobre casos específicos. Referiu que existiam situações pelos que estavam fora dos prazos e outras por incumprimento das instituições. -----

O presidente da mesa esclareceu que todas as dívidas tinham um prazo de prescrição. Relativamente aos serviços essenciais, como o fornecimento de água até existia um normativo especial, o qual determinava um prazo de prescrição mais apertado. Contudo a prescrição não era automática e tinha de ser requerida pelo devedor. Portanto, o servidor do serviço não podia, só pelo facto de se ter percluido o prazo da prescrição eliminar a dívida dos balanços e dos elementos contabilísticos. Mais referiu que antes do próximo ponto, havia uma introdução que deveria ter sido incluída antes da ordem do dia, na qual havia necessidade de ser deliberada, antes de ser remetida aos membros da Assembleia. Tinha a ver com uma alteração ao mapa de pessoal, proposta pelo município.-----

Hugo Capote pediu a palavra e disse que não se iriam opor àquela introdução do ponto. Contudo, era necessário fazer ali alguns apontamentos, porque, mais uma vez, A Assembleia Municipal não tinha sido totalmente respeitada. Numa deliberação de trinta e um de março perguntou qual era a justificação para ser enviada à Assembleia somente às duas e meia da tarde, do dia da reunião? A informação era importante e deveria ter seguido atempadamente, para devido conhecimento dos membros. -----

O presidente da mesa acrescentou que recebeu o requerimento na terça feira passada, e que remeteu à presidente de Câmara, no qual questionou porque é que aquele ponto, tendo sido aprovado em reunião de executivo, a trinta e um de março, não constava da ordem do dia. Recebeu a resposta da presidente, no sentido de o levar ali, para ser apreciada a sua inclusão na ordem do dia. Colocou-o à votação e o resultado foi:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Aprovado por maioria, com a abstenção do PCP/PEV. -----

4 – Juízes Sociais:

- Despacho da Sra. Presidente da Câmara de 23.03.2021 -

O presidente da mesa disse à presidente da Câmara que, salvo melhor opinião, esteve a consultar, quer o normativo, quer o histórico, relativamente àquele ponto e pareceu-lhe que a deliberação do órgão Assembleia Municipal teria de ser antecedida do exercício de competências, que manifestamente eram competências do órgão Câmara Municipal, nomeadamente a elaboração da lista de quinze efetivos e quinze suplentes, a organização de candidaturas, a preparação das listas, socorrer-se da recuperação de entidades públicas e privadas ligadas à assistência, formação e educação de menores e só depois daquelas tarefas estarem concluídas é que o ponto deveria ser remetido à Assembleia Municipal. Acrescentou que, da Assembleia Municipal de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, aquele assunto tinha sido retirado e devolvido à Câmara porque estava incompleto e incorretamente instruído.

Portanto, solicitou à presidente que, na ausência do trabalho prévio de suporte à deliberação da Assembleia Municipal, retirasse aquele assunto e fosse posteriormente melhor apreciado. -----

A presidente da Câmara disse que levou ali o assunto, sabendo que era competência da Câmara a elaboração das listas e a apresentação das mesmas, ali, naquela Assembleia Municipal. No entanto, o que acontecia era estarem a falar de cerca de quarenta e cinco juízes sociais e tiveram dificuldade em concluir todas.

Solicitou alguma ajuda, da parte daquela Assembleia, no sentido de sensibilizar outras entidades, para que houvesse pessoas disponíveis para poderem integrar as referidas listas. Obviamente que a Assembleia é que votaria, em conformidade. -----

O presidente da Câmara disse que certamente seria uma tarefa hercúlea a elaborar as listas e a Assembleia, não tendo a competência de o fazer, mas poderá ajudar na tentativa de encontrar as pessoas indicadas para completar as mesmas.

No entanto, a questão era que, não tendo sido feito o trabalho prévio, o assunto não deveria ter ido àquela sessão. Por tal razão é que questionou a presidente da Câmara se não retiraria o ponto. -----

A presidente da Câmara disse que retirava o ponto. -----

Raúl Cordeiro chamou a atenção para a lei em vigor, que dizia que competia à Câmara Municipal iniciar o processo, durante o mês de abril, sendo aquele dia o último para o fazer e, inclusive, as listas deveriam estar votadas em Assembleia Municipal até ao mês de junho. Portanto, uma vez que a próxima Assembleia Municipal seria no final do mês de junho, seria bom que o processo estivesse completamente instruído e em condições de ser votado, sob pena daquele problema não ficar resolvido. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se, em dezasseis do onze de dois mil e vinte, questionou o presidente da Assembleia Municipal acerca de quem era a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

competência, porque é que tinha agendado o assunto para aquela sessão da Assembleia Municipal, quando já sabia de antemão que a competência era da Câmara.

O presidente da mesa salientou que a competência era bi partida e existia a parte de instrução do processo que competia, objetivamente, nos termos da lei, à Câmara Municipal e outra parte, a da deliberação, ou da designação formal, que competia, através de deliberação, àquela Assembleia Municipal. -----

A presidente da Câmara disse que o despacho não era, obviamente, para o presidente daquela Assembleia mas para o chefe da divisão de assuntos sociais e educação. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se quando agendou aquele assunto para aquela sessão da Assembleia já tinha os nomes para propor a juizes sociais. -----

A presidente da Câmara voltou a referir que era difícil encontrar quarenta e cinco juizes sociais. Uma vez que a competência era bipartida, fê-lo na tentativa de sensibilizar a própria Assembleia para se tentar encontrar as entidades necessárias para o efeito. ----

O presidente da mesa que se fosse para o efeito atrás mencionado não seria necessário a presidente ter agendado o ponto. Concluiu, dizendo que o ponto estava retirado. -----

5 – Repartição de encargos – Acordo quadro – fornecimento de gás propano a granel e gás natural lote 2 – gás natural;

- Deliberação da CMP de 24.03.2021 -

Não houve intervenções. -----

6 – Relatório da consulta pública e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Portalegre 2021/2030;

- Deliberação da CMP de 24.03.2021 -

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se considerava pertinente ter um plano municipal de defesa da floresta contra incêndios? Se sim, achava que aquele plano devia ser o mais participado possível, ouvindo a maior parte das pessoas interessadas.

A presidente da Câmara respondeu que não era só pertinente, como obrigatório. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se tinha ficado satisfeita de não ter havido uma única participação na consulta pública daquele plano municipal. -----

A presidente da Câmara disse que gostaria que tal tivesse acontecido. No entanto, referiu que aquele plano era amplamente discutido no seio da Comissão, por várias entidades, desde o CDOS, passando pelas Juntas de Freguesia, etc. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote salientou que se quisessem que aqueles planos fossem inclusivos, não bastaria colocá-los na plataforma da autarquia ou no DR. Além de que a população estava em confinamento obrigatório e o acesso ao mesmo ficou dificultado e nem sequer foi divulgado num jornal local.-----

Ricardo Romão disse que a observação anterior poderia servir como um alerta da participação pública. Achava que o que deveria retirar da discussão era que, das duas, uma: ou não tinha havido ninguém com interesse para procurar o documento e dar o seu contributo; ou porque o plano era um plano capaz e não merecia reparos suficientes. Obviamente que a participação dos cidadãos era sempre importante. -----

7 – Toponímia – Requerimento do grupo de eleitos da CDU (PCP/PEV);

Amândio Valente lembrou que o presidente da república tinha dito que ainda havia um longo caminho para se conhecer, realmente, a história do país. Provavelmente, todos estariam de acordo com as suas palavras. Faziam dois anos e um mês que aquela Assembleia Municipal tinha deliberado homenagear os fundadores da democracia em Portugal e dar o nome de Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Álvaro Cunhal a lugares de Portalegre.

Perguntou à presidente da Câmara porque é que, passado aquele tempo, ainda não havia notícias do cumprimento da deliberação da Assembleia. -----

O vereador João Cardoso disse que, a Comissão de Toponímia, tinha reunido quatro vezes, durante o mandato vigente. A última vez tinha sido em outubro de dois mil e dezanove, em que tinha sido analisada aquela proposta de atribuição do nome Álvaro Cunhal a um largo. Entretanto, devia ter sido mais rápida a próxima reunião, em dois mil e vinte, a qual acabou por não acontecer, o que implicou um atraso, pelo qual pediu desculpa. Atualmente, a ata já estava assinada por todos os membros da Comissão e disse que iria preparar as propostas, de modo a que todos os pareceres pudessem ir a reunião de Câmara.-----

Amândio Valente lembrou à Assembleia Municipal que a deliberação era de vinte e nove de abril de dois mil e dezanove e, na ata número três, de onze de março de dois mil e dezanove, foram conhecidos vários pareceres, relativamente à toponímia, que incluíam a Praça Mário Soares e que, em outubro de dois mil e dezanove, foram aprovadas as atas dois e três, as quais só assinou em abril de dois mil e vinte e um.

Perante tal, questionou qual o critério e/ou razão para um atraso de dois anos.-----

O vereador João Cardoso disse não ter havido nenhum critério e apenas teve a ver com o facto de a reunião anterior ter tido uma reunião posterior e a ata foi feita naquela reunião. Entretanto deu-se o confinamento e acabou por não haver outra Comissão de Toponímia e tudo se atrasou. -----

Amândio Valente disse ter lido na ata de Câmara, de dez de fevereiro de dois mil e vinte e um que a propósito da reunião de toponímia o vice presidente referiu que a última ata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ainda não estava consensualizada, nem aprovada e que o parecer da Comissão era negativo. Em relação àquela ata, salientou que não era elemento da Comissão. Por último, perguntou se, em tempo útil, seria respeitada a deliberação daquela Assembleia.-----

O vereador João Cardoso disse que, efetivamente, durante a Comissão de Toponímia o membro Amândio tinha-se manifestado contra a decisão dos restantes membros, porque aquela decisão ia contra a da Assembleia Municipal. Acrescentou que o que tinha sido referido pelos membros foi que a Comissão deu um parecer, não vinculativo. A deliberação era da Câmara e o parecer da Comissão de Toponímia, na última ata aprovada, dizia o seguinte: "O professor Amândio Valente apresentou em seguida a deliberação da Assembleia Municipal, de vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, de ser atribuído o nome de Praça Álvaro Cunhal à zona entre o IPDJ e a Escola Mouzinho da Silveira. Relativamente à proposta enviada pela Assembleia Municipal de chamar Praça Álvaro Cunhal à zona ente o IPDJ e a escola, o parecer da Comissão divide-se." Mais disse que a declaração para a ata da parte do elemento Amândio Valente foi a seguinte: "A posição por mim assumida em reunião desta Comissão de Toponímia de dar seguimento a esta deliberação da Assembleia Municipal, que decidiu dar o nome de Praça Álvaro Cunhal ao espaço recentemente urbanizado entre a Escola Secundária Mouzinho da Silveira e nova rotunda, ali implantada, respeita a decisão da Assembleia Municipal, órgão deliberativo municipal e o tratamento que tem sido dado, em casos semelhantes, como o recente caso da Praça Mário Soares. Não pode haver agora tratamento diferente dos anteriores. Os restantes elementos da Comissão propõem que se deverá encontrar um espaço com mais dignidade e relevância para a cidade, considerando o precedente da Praça Mário Soares."-----

Amândio Valente achava que a ata tinha sido esclarecedora. Dali, a sua estranheza, relativamente ao que leu na ata de dez de fevereiro de dois mil e vinte e um, quanto à posição do vereador, o qual tinha referido o parecer negativo da Comissão de Toponímia. Portanto, o que estava em ata foi que o parecer se tinha dividido, não dizia parecer negativo. Voltou a colocar a pergunta anterior.-----

O vereador João Cardoso disse que sim, que seria deliberado ainda durante o mandato aquele mandato. Depois de terem a ata aprovada, as propostas iriam à reunião de executivo, com aquilo que foi o parecer da Comissão de Toponímia. Esperava que houvesse tempo de voltarem a reunir a Comissão antes do fim do mandato porque existiam mais situações em apreço.-----

8 – Repartição de encargos – Fornecimento de energia elétrica; aquisição de serviços e Candidatura ao Fundo Ambiental;

- Deliberação da CMP de 14.04.2021 -

Não houve intervenções.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

9 – 7.º Relatório de Monotorização de Reabilitação Urbana – ARU de Portalegre e ARU de Alegrete/2020;

- Deliberação da CMP de 14.04.2021 -

A presidente da Câmara disse que aquele relatório era obrigatório e que, em relação às taxas tinha havido o dobro de isenção em relação ao que era habitual. Tal facto devia-se a um conjunto de vistorias feitas ao abrigo do artigo noventa e de uma campanha feita, que resultou naquele número enorme de requalificações, identificadas quer na ARU de Portalegre, quer na de Alegrete. Mais referiu que pretendiam estender a requalificação às freguesias, para incentivar as pessoas a reabilitarem os seus imóveis.

Hugo Capote disse que por aquele relatório passava uma certa ideia de que as políticas utilizadas naquela ARU, tanto de Portalegre como de Alegrete, tinham chegado, de certa forma, a uma fase em que, ou se renovava o que estava no terreno, ou poderiam estar a caminhar para o fim de um ciclo.

Perguntou à presidente da autarquia se iria estender aqueles princípios a outras freguesias rurais e se aquelas duas freguesias que tinham os programas de incentivos fiscais e de taxas, para quem reabilitasse os imóveis na área histórica, se estava prevista alguma forma de renovação, com novas medidas. -----

A presidente da Câmara respondeu que o programa já estava a ser estendido às freguesias das Carreiras e Alagoa, mas pretendia-se ainda estender às outras. Foi alvo de reflexão fazer um upgrade desta estratégia. Acrescentou que um dos assuntos que também ia àquela sessão, tinha a ver com o direito à habitação, no qual se pretendia uma intervenção, que ajudasse à reabilitação. -----

10 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ/2020;

Hugo Capote disse que, mais uma vez, era de lamentar que os responsáveis da CPCJ não tivessem ido à Assembleia Municipal apresentar o relatório e responder a questões. Não estava a falar de um órgão que dependia do funcionamento do executivo camarário, embora estivesse integrado e tivesse financiamento através da autarquia. -----

11 – Estratégia Local de Habitação;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

A presidente da Câmara referiu que era preciso ter-se em linha de conta o mapa síntese ali apresentado, pois refletia a estratégia que começava por reabilitar aquilo que era património do município de Portalegre e inclusive algum que não o era. Saliu que também estava previsto para uma terceira fase a compra de algum património e respetiva reabilitação. Mais referiu que aquele quadro síntese era um quadro dinâmico e a sua construção foi acompanhada pelo IRU. No entanto, só depois de ser aceite pela Câmara e Assembleia é que seria enviado para o IRU, para um parecer formal.

Concluiu, dizendo que a reabilitação urbana envolvia cerca de vinte e oito milhões de euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Carvalho disse sentir-se constrangido por avaliar um trabalho daqueles, o qual foi feito por uma empresa de consultoria. Referiu terem havido, no último ano, um conjunto de intervenções importantes e de benefícios concedidos, assim como algum trabalho junto dos proprietários e arrendatários com mais carências económicas. O esforço da Câmara era de louvar.

Numa primeira dimensão, disse que a estratégia local de habitação deveria ser um instrumento que ultrapassava em muito aquilo que era a recuperação, reabilitação e aquisição para rendas acessíveis, daquilo que era o papel e as responsabilidades do município.

Era ainda necessário refletir na ausência da intervenção dos beneficiários diretos, ou melhor, dos próprios proprietários. Só se conseguiria, efetivamente, criar um centro histórico da cidade e das aldeias, com uma imagem global mais qualificada e apelativa se os proprietários se revesses naquela estratégia, sendo a parte central do processo. Acrescentou que a autarquia deverá ter um papel pró ativo e de proximidade para com os proprietários, no sentido de os poder apoiar, em termos de candidaturas, suportadas, na estratégia local de habitação e para poderem obter o financiamento, da parte do IRU. Numa segunda dimensão e independentemente de muito património da habitação social estar com necessidades profundas de requalificação, referiu que a estratégia e o programa do “Primeiro Direito” tinham também uma dimensão importante, ao nível dos equipamentos complementares que deviam ser desenvolvidos em alguns territórios e em espaços com vulnerabilidades sócio económicas e, no fundo, a criação de algum tipo de equipamentos. Portanto, para além de permitir a viabilização e de criar espaços de vivência, era fundamental para criar uma identidade e uma menor estigmatização de alguns locais, se, efetivamente, houvesse um conjunto de equipamentos revitalizadores das dinâmicas, daqueles contextos.

Concluiu, dizendo que a estratégia local de habitação carecia de aproximação àquilo que era a realidade social do concelho de Portalegre e da ligação com outro tipo de instrumentos de planeamento, que eram fundamentais. Estava portanto sinalizada mas não estava concretizada naquele documento. -----

João Meira disse que a habitação conferia um dos principais estímulos, senão o maior, à fixação de população nos concelhos. Saliu que, num concelho deprimido como o de Portalegre, onde os números eram deveras preocupantes e onde existe um mercado de arrendamento estagnado e inexistente, com rendas para um T2 praticadas entre os trezentos e cinquenta a quatrocentos euros e para um T1 entre os duzentos e cinquenta e trezentos euros, era algo que relevava uma importância maior, para aquilo que era a criação de habitação a custos controlados. De alguma forma, tentando encontrar, naquilo que era uma estratégia local de habitação, alternativas à habitação social.

Portanto, existiu ali uma oportunidade extraordinária, para haver um esforço de inclusão, até pela intervenção do membro Luís Carvalho. No entanto, a realidade pragmática a que se tinha chegado era apresentada num envelope fechado e nem lhes foi perguntada a opinião, nem solicitados contributos e, pior ainda, não houve uma efetiva consulta pública. A questão prática era se alguém ouviu os gestores imobiliários, especialistas de mercado ou apenas teria sido a equipa que produziu aquele documento que ensaiou as conclusões vertidas no mesmo?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Outra questão era saber se aquele mapa síntese que a presidente da autarquia se propunha enviar para o Instituto de Reabilitação Urbana criava cento e quarenta e seis fogos, para nova habitação?

Lembrou que, nos últimos três anos, o número de pedidos de candidatura para habitação social foi de cento e trinta e cinco, ou melhor, aquilo a que a presidente se propunha criar, naquela estratégia local de habitação, era o número de fogos para responder apenas a necessidades já existentes e reportadas junto da Câmara Municipal, para habitação social.

Concluiu, dizendo que o que importava estar ali vincado seria, claramente, a criação de bolsas, do parque habitacional público, de cariz municipal, a custos controlados e na lógica do arrendamento acessível, porque aquele era o panorama que estava desenhado, a nível nacional e em muitos concelhos que estavam a enfrentar o desafio da fixação das novas gerações. Porém, tal não aconteceu, pois o movimento independente da CLIP conseguiu reunir o pior que os partidos tinham e concentraram neles mesmos o poder e a decisão, sem auscultarem e sem se preocuparem em trabalhar num documento estrutural, que transvazava aquele mandato e que extravasaria o próximo. -----

A presidente da Câmara, relativamente à estratégia do “Primeiro Direito à Habitação”, foi feita por uma empresa, a qual foi junto das populações para perceber as necessidades e inquiriu os respetivos presidentes das juntas de freguesia. Não foi centrada no executivo camarário, nem poderia ter sido.

Recordou que o município de Portalegre era proprietário de cerca de quatrocentas e cinquenta habitações, as quais estavam a ser intervencionadas, algumas no âmbito do PAICD, numa lógica de recuperação do espaço envolvente, como eram exemplo o Bairro dos Assentos e do Atalaião. Portanto, o que ali estavam referenciadas eram cerca de trezentas e quarenta famílias.

Salientou que a discussão daquele assunto foi também feita com o IRU e o que os mesmos pediram foi que o município tivesse de enquadrar, de acordo com o que a legislação referia, os tipos de situação indigna: precariedade, insalubridade e segurança, a sobrelotação e a inadequação.

Concluiu, dizendo que o município queria ir mais longe, com outros programas que o IRU iria disponibilizar mais tarde. O documento em apreço não era fechado, mas sim dinâmico e poderia ser alterado. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara porque é que aquela estratégia local de habitação aparecia agora. Era uma iniciativa da Câmara ou estava englobada numa estratégia nacional? -----

A presidente da Câmara respondeu que se inseria numa estratégia nacional e o município entendeu, por bem, integrar a mesma, pois beneficiava a qualidade de vida dos concidadãos e iria de encontro às expectativas dos portalegrenses e dos que queriam vir para cá morar. -----

João Meira disse que a questão colocada anteriormente era pertinente, na medida em que a presidente fez a adjudicação da estratégia local de habitação a uma empresa privada. Perguntou à presidente se aquela era a estratégia local, de habitação idealizada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pelo município de Portalegre. Mais disse ter perguntado a vários presidentes de junta se tinham sido inquiridos acerca daquele assunto, ao que lhe disseram que não. Em conclusão, havia uma falta de discussão sobre aquele tema prioritário e salientou que mais de cinquenta por cento do montante daquela estratégia era aplicado na reabilitação do parque habitacional municipal, em que o relatório inerente referia a existência de vinte e sete fogos com necessidades de reabilitação urgentes e cem que teriam de ser intervencionados num curto prazo, devido a questões de insalubridade. O que aconteceu, nos últimos doze anos de mandato da presidente da Câmara, foi que as casas foram-se debilitando, com a falta de intervenção necessária. -----

A presidente da Câmara disse que aquela responsabilidade não era sua, mas do executivo camarário, que aprovou por unanimidade.

Em relação às intervenções feitas, referiu que o município era detentor de cerca de quatrocentos e cinquenta fogos, muitos dos quais com mais de quarenta ou cinquenta anos e que, paulatinamente, se tinham vindo a recuperar os fogos habitacionais e devolvidos às pessoas.

Relativamente aos novos fogos, lembrou que não estavam contemplados naquela questão. Quanto às juntas de freguesia, referiu que tinham sido inquiridas presencialmente e esteve também presente o vereador e o funcionário Pedro Barbas.—

Hugo Capote disse que o executivo não tinha aprovado por unanimidade, mas sim por maioria, porque tinha havido uma abstenção da parte de um vereador.

Salientou que o facto da presidente da Câmara Municipal de Portalegre ter apresentado a estratégia em causa como se fosse da sua autoria e tentando passar a ideia de que tinha tido a preocupação, juntamente com os seus vereadores, de terem estabelecido uma estratégia local de habitação, o que não correspondia à verdade, uma vez que aquela estratégia surgia porque havia uma estratégia nacional.

Mais disse custar-lhe a aceitar que, das trezentas e cinquenta famílias carenciadas do concelho, cento e vinte e cinco estavam em habitação que era da Câmara Municipal, mas a presidente tinha fundos disponíveis e preferiu fazer reabilitação de rotundas, incubadoras de empresas criativas e outras obras que, embora reabilitassem o património, não davam casa a quem estava altamente carenciado. Tratava-se, pois, de uma questão de princípio.

Mais disse que não havia política, nem estratégia local nenhuma que resistisse às taxas de IMI, fixadas pelo município e que impediam a reabilitação e/ou investimento e que as novas famílias jovens tivessem acesso a habitação com dignidade.

Obviamente que aquele era um documento fechado e que ia ser ali votado e enviado para o IRU. A oposição, uma vez mais, tinha ficado sem poder dar uma palavra ou os contributos necessários, infelizmente. -----

O presidente da mesa manifestou a sua preocupação pessoal, pelo facto de um documento com aquela amplitude e longevidade de aplicação não ter sido convenientemente discutido, do ponto de vista político, e suficientemente consensualizado. Enquanto presidente daquela Assembleia Municipal gostaria que o membro Luís Carvalho tivesse participado. Embora a empresa tivesse feito um levantamento dos factos mais objetivos, mas as políticas que tinham sido tomadas pareciam-lhe curtas, do ponto de vista da admissibilidade de outras alternativas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No seu ponto de vista, tinha sido importante ter ido ali a empresa que elaborou o estudo, de modo a esclarecer o procedimento e os dados que encontrou no concelho. -----

12 – Transferência de Competências no domínio da ação social – D.L. nº. 55/2020, de 12 de Agosto;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Fernando Rebola disse ter uma dúvida, em termos de procedimento, uma vez que no ofício da Secretaria de Estado da Ação Social, que tinha sido enviado para a Câmara, foi pedido que o município se pronunciasse sobre o projeto de mapa, que continha os elementos financeiros, os recursos humanos, os acordos e protocolos vigentes, bem como o número de processos familiares em acompanhamento no município, respeitantes às competências a transferir, previstas nos artigos 10.º e 11.º, do decreto lei 55/2020. Portanto, aquilo que de facto foi pedido foi que o município se pronunciasse sobre se o município concordava, ou não, sobre as condições que estavam propostas no mapa anexo àquele ofício. No entanto, aquilo que depois tinha sido proposto para deliberação, pela Câmara Municipal, foi uma coisa diferente, passou a citar: “tenho a honra de propor a aceitação da competência, no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 11º, 12º e 32º, da lei...”. Portanto, o que foi pedido foi uma coisa e o que foi respondido era diferente, com a agravante de ainda não ser o tempo de dar a resposta sobre a aceitação, ou não, das competências em causa, porque estava na informação legal que acompanhava o processo o seguinte: “Relativamente ao ano dois mil e vinte e um, nos termos do número dois, do artigo 24.º. do DL 55/2020, de doze de agosto, os municípios e entidades municipais que não pretendam assumir as competências nele previstas, podem fazê-lo mediante comunicação à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos, no prazo de sessenta dias, após a publicação no DR, do despacho previsto no número três, do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º.”

Portanto, as portarias tinham sido publicadas em dezassete de março, mas o despacho que previa que fossem definidos os mapas com os montantes do fundo de financiamento da descentralização, que iriam ser transferidos para os municípios, em dois mil e vinte e um, ainda não tinham sido publicados. Após a publicação, a Câmara tinha sessenta dias para não aceitar a transferência das competências e só em caso de não aceitação é que a Assembleia Municipal teria de se pronunciar.

A questão que colocou à presidente da Câmara era se estariam a responder, de facto, ao solicitado pela secretaria de Estado e se havia razões para a deliberação? -----

Raúl Cordeiro disse ser importante que a presidente da Câmara esclarecesse aquele assunto porque, tanto quanto sabia, as notificações estavam a ser enviadas aos municípios e os mesmos teriam de se pronunciar acerca dos mapas, no prazo de trinta dias, após o que os mapas seriam constituídos como definitivos. A questão da aceitação, ou não, das competências era uma questão paralela.

Achava estranho que a autarca não tivesse intervindo naquela questão importante, pois respeitava a um conjunto de ações que podiam ser descentralizadas para os municípios e eram relativas a populações vulneráveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, gostaria que a presidente explicasse se a questão era sobre os mapas ou sobre a descentralização das competências relativas à ação social, por parte do município. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara como é que podia deixar de apresentar um ponto problemático e sensível como aquele, à Assembleia Municipal.

Sublinhou que a Câmara Municipal de Portalegre não estava, atualmente, preparada para exercer aquelas competências. Quem é que iria tratar dos casos das cento e vinte famílias, de casos de reinserção social e dos mil trezentos e quarenta e nove processos familiares que a Segurança Social tinha, no concelho?

Já se tinham apercebido que o município teria de aceitar as competências, por força de lei, mas restava saber o que é que a autarca faria primeiro: aceitava toda a quantidade de trabalho social, para a qual não estava preparada? Ou se iria tentar renegociar ou até atrasar a situação? Se a oposição não tivesse feito nenhuma pergunta, o que é que a presidente da Câmara pretendia fazer?

Concluiu, referindo que para todo aquele manancial de trabalho não bastaria somente um técnico de ação social escolar. -----

A presidente da Câmara disse estar, obviamente, à espera das questões para depois explicar. O executivo municipal tinha aceite aquela competência e havia ali duas questões diferentes: os valores que apareciam nos quadros e, por outro lado, a questão da competência que será da Câmara, a partir de dois mil e vinte e dois.

No âmbito da ação social, as competências não iriam passar todas e os quadros ali indicados eram os valores do que iria ser transferido para a Câmara para manter uma equipa de RSI, que será constituída pelo número de pessoas que atualmente existiam no RSI. Não seriam transferidas de lugar.

Acrescentou que, junto da Secretaria de Estado, tentou-se perceber se os valores daquelas tabelas eram os mesmos do protocolo assinado, para manterem as mesmas equipas que estavam no terreno. Havia, de facto, uma verba para que a Câmara pudesse contratar um técnico superior e o valor ali descrito tinha a ver com uma fórmula utilizada, em termos do número de processos e da quantidade de pessoas necessárias para trabalhar nos mesmos. Eram somente aquelas as transferências que iriam para a Câmara Municipal de Portalegre. Havia também uma verba indicada no mapa para as questões particulares e pontuais, para apoio a pessoas com necessidades, sendo feito um cálculo de acordo com o histórico. Portanto, as outras transferências não viriam agora para a autarquia, só mais tarde. -----

Raúl Cordeiro sublinhou que se fosse, hipoteticamente, o vereador com a pasta da ação social da autarquia, iria dizer ali que o Governo tinha publicado quatro portarias, que diziam respeito à transferência de competências: uma na área dos contratos de inserção de beneficiários do RSI; outra relativa ao atendimento das pessoas especialmente vulneráveis; outra referente aos contratos de desenvolvimento social e a última relativa às cartas sociais municipais e que com aquelas ajudas, iria tentar, junto do Governo, negociar melhores condições do que as que eram propostas na tabela recebida, acrescentando que a transferência de eventuais competências tinham custos associados para os municípios, pois era necessário pessoal técnico qualificado para acompanhar os processos, além de que podia ser explorados os protocolos com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

instituições de solidariedade social, de forma a criar sinergias para dar respostas, naquele âmbito. Portanto, teria preferido que a presidente da Câmara ali tivesse dado mais respostas concretas e que a autarquia, perante o que tinha recebido do Governo, iria tentar negociar melhores condições e não se conformar, simplesmente. -----

Fernando Rebola disse concordar com o que foi dito pelo membro Raúl Cordeiro e que gostaria de ter visto uma projeção para que se soubesse como é que os valores podiam evoluir no futuro e como é que a Câmara responderá àqueles valores.

Voltou a referir que a questão central foi o facto de o Governo ter pedido uma coisa e a autarquia respondeu com outra. Questionou se a deliberação tomada na reunião de Câmara tinha validade, tendo como pressuposto que não se estava a corresponder ao que foi pedido. -----

Hugo Capote disse que o que resultava da explicação da presidente da Câmara era que tinha havido ali um processo negocial. Depreendeu que teria havia uma contra proposta da Câmara Municipal ou pelo menos um pedido de explicações e que aquelas equipas do RSI continuariam a ser as mesmas equipas a trabalhar nos processos, mas com fundos transferidos para a autarquia. No entanto, nada daquilo ali estava explanado e a própria informação da jurista da Câmara Municipal de Portalegre, que ia em anexo, dizia que as competências a transferir para os órgãos municipais eram assegurar os serviços de atendimento e acompanhamento social, elaborar as cartas sociais municipais, assegurar a articulação entre as cartas, coordenar a execução dos programas de contratos locais de desenvolvimento, o RSI, desenvolver programas no conforto habitacional para idosos, etc., mas, contudo, não estava indicado em lado nenhum que aquelas viriam em dois mil e vinte e dois e as outras em dois mil e vinte e três, etc. etc. Concluiu, dizendo que foram confrontados com transferência de competências que estavam ali explicitadas e com um quadro com verbas e com o número de programas que tinham de aceitar e a Assembleia tinha de deliberar. -----

A presidente disse que, provavelmente, havia ali alguma confusão. O assunto em causa não ia ali para deliberar, mas sim para conhecimento. Apenas seria para deliberar se a Câmara não tivesse aceite a competência, em reunião de executivo. Contudo, junto da Segurança Social, tentou perceber se aqueles valores correspondiam à realidade, mas não lhe puderam dar os valores porque não tinham autorização. O que foi referido foi que iriam negociar, tendo em conta a evolução dos escalões e fatores, a par e passo, e tentar perceber se a verba transferida cobria as necessidades.

Mais disse que as equipas já estavam formadas, como no caso do SLBS, que se encontrava na APPACDM, e a única coisa que era preciso era a verba para manter a mesma equipa. Obviamente que tinham de perceber o que iria ser a repercussão dos valores dos vencimentos, ao longo dos próximos anos e teria de ser negociada quanto antes, mas, em termos de competência, a mesma já foi aceite pela Câmara.

Havia mais competências, a nível da ação social, além das que ali estavam.

Portanto, o valor que ali estava era respeitante ao protocolo de dois mil e vinte, da transferência para a Segurança Social e, naquele sentido, foi referido à Secretaria de Estado que seria referente a dois mil e vinte e um e não dois mil e vinte e que os valores tinham de ser renegociados e atualizados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro perguntou à presidente da Câmara se o executivo municipal tinha concordado com o mapa anexo e se se tinha pronunciado, no prazo de trinta dias. Ou se tinham discordado do mesmo e apresentaram uma proposta alternativa. -----

A presidente disse que para poder apresentar uma proposta alternativa, tinha de estar na posse de dados reais. Contudo, não os tinha na sua posse e foi isso que explicou à Secretaria de Estado. Os dados que tinha eram os indicados no mapa, do protocolo de dois mil e vinte, que, como já referiu, teriam de ser atualizados e melhorados. -----

Raúl Cordeiro voltou a perguntar à presidente da Câmara em que sentido tinha sido feita a pronúncia da Câmara. -----

A presidente da Câmara disse ter sido explicado, em reunião de Câmara, que era a aceitação daquela competência, mas que iriam negociar a questão, relativamente aos valores. -----

Luís Carvalho, relativamente à primeira questão e face aos dados existentes, disse que o mapa tinha sido aceite, em termos de transferências monetárias para suportar a equipa do rendimento social de inserção e foi aceite a transferência de competências que constavam no documento. Considerou ser relevante a necessidade do município se dotar de instrumentos de planeamento setorial e que articulassem as necessidades, não só à escala municipal, mas também uma resposta efetiva à escala regional. Portalegre deveria posicionar-se para ser o local preferencial daquele tipo de equipamentos supra municipais. Era, portanto, decisivo avançar com a criação duma carta de equipamentos sociais, em que se fizesse um diagnóstico, em termos das carências, ao nível de uma resposta efetiva à população mais idosa e à primeira infância. Sublinhou que tais intervenções estavam previstas no plano de recuperação e resiliência, em que haviam muitos milhões que tinham de ser aproveitados nas candidaturas, pelas entidades do terceiro setor. Era preciso estabelecer parcerias com aquelas entidades e o trabalho tinha de começar a ser feito, ao nível daquele exercício de planeamento, para terem o enquadramento possível para as mesmas.

Mais referiu que quanto aos montantes financeiros que iriam ser disponibilizados para cada uma das outras competências não tinham dados suficientes para ser dada uma resposta, mas se já estavam aceites iriam partir do pressuposto de que correspondiam às necessidades efetivas. -----

Raúl Cordeiro disse que as intervenções do membro Luís Carvalho ficavam bem em qualquer uma das bancadas, excetuando aquela onde o mesmo estava. -----

13 – Área de Reabilitação Urbana (ARU) / Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) de Portalegre e Alegrete – Prazos;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

14 – Relatório semestral da União de Freguesias de Reguengo e S. Julião, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª, do Auto de Transferência de Competências;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Não houve intervenções. -----

15 – Mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre.

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

A presidente da Câmara disse tratar-se de uma proposta do vereador Artur Correia, para que se integrasse no mapa de pessoal um lugar para enfermeiro veterinário, a qual foi aceite pelo município. A competência para deliberar pertencia à Assembleia Municipal.-

João Meira disse que aquela proposta resultava da visita que o grupo municipal do PS fez ao canil e gatil municipal, onde se depararam com necessidades infra estruturais e de recursos humanos e atuaram, dentro do que estava na alçada, para ser dada uma resposta à altura das exigências. -----

Hugo Capote perguntou se depois da contratação da enfermeira veterinária continuaria a haver a necessidade de contratar empresas externas, para prestação de serviços de veterinária. O facto de o município passar a ter um médico veterinário mais uma enfermeira permitiria a não necessidade de aquisição de serviços externos, como tinha sido prática, nos últimos anos, decorrente da alteração de legislação? -----

A presidente da Câmara disse que para efetuar as esterilizações eram precisas condições e, portanto, era necessário um bloco operatório e uma sala de recobro, as quais não estavam ainda construídas. -----

O presidente da mesa deu por concluída a ordem de trabalhos e deu cinco minutos de interrupção antes de passarem às respetivas deliberações dos pontos. -----

DELIBERAÇÕES:

2 – Ata n.º 29, relativa à reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2021;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção de Hugo Parente, Fernando rebola e António Carreiras, aprovar o ponto. -----

3 – Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso dos SMAT;

- Deliberação da CMP de 24.02.2021 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Juízes Sociais;

- Despacho da Sra. Presidente da Câmara de 23.03.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, retirar o ponto. -----

5 – Repartição de encargos – Acordo quadro – fornecimento de gás propano a granel e gás natural lote 2 – gás natural;

- Deliberação da CMP de 24.03.2021 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

6 – Relatório da consulta pública e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Portalegre 2021/2030;

- Deliberação da CMP de 24.03.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

7 – Toponímia – Requerimento do grupo de eleitos da CDU (PCP/PEV);

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

8 – Repartição de encargos – Fornecimento de energia elétrica; aquisição de serviços e Candidatura ao Fundo Ambiental;

- Deliberação da CMP de 14.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

9 – 7.º Relatório de Monotorização de Reabilitação Urbana – ARU de Portalegre e ARU de Alegrete/2020;

- Deliberação da CMP de 14.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

10 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ/2020;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

11 – Estratégia Local de Habitação;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, aprovar o ponto.-----

Declaração de voto – PS (João Meira)

“Relativamente à estratégia local de habitação, o PS vê com muita estranheza e preocupação o facto da elaboração deste documento estrutural não ter sido alvo de uma discussão alargada, envolvendo a sociedade civil e motivando os contributos de todos, optando-se antes pela apresentação de um documento de mais de cem páginas, elaborado por uma equipa externa ao município e que se apresenta como um envelope fechado e que, uma vez mais, reflete a incapacidade de cooperação e de convergência que a CLIP e a sua presidente tem demonstrado ao longo de todo este mandato. Com gravidade acrescida nesta que é uma questão determinante e estrutural, na qual este movimento independente consegue congrega o pior dos partidos políticos, preferindo concentrar o poder e a decisão.

Só podemos lamentar o quão tarde vamos para esta corrida. Este é efetivamente o comboio que pode passar e que podemos não o apanhar.

Recentemente foi noticiado que mais de cem municípios já apresentaram candidaturas numa monta de oitenta por cento da totalidade do programa.

Uma estratégia local de habitação para Portalegre que concorre para o programa “Primeiro Direito” deveria de ser um instrumento estrutural, destinado à criação de habitação pública, que permitisse alargar o parque habitacional municipal e, por essa via, criar bolsas de habitação a custos controlados, capaz de criar soluções de arrendamento acessível que assegurem o nosso futuro coletivo.

Em vez disso, esta estratégia local de habitação corrige os erros do passado, os doze anos de responsabilidade da senhora presidente que permitiu que no Bairro dos Assentos, do Atalaião e no núcleo histórico, vinte e sete casas apresentem necessidades de reabilitação urgente e cem casas a necessitar de intervenção a curto prazo, devido a problemas de insalubridade.

Esta estratégia local de habitação não projeta Portalegre no futuro, não assegura a criação de nova habitação, tão determinante para a fixação de habitação, para o arrendamento acessível a estudantes do Instituto Politécnico, para arrendamento acessível a jovens casais e para a criação de vantagens competitivas para aqui fixar os atuais e futuros trabalhadores.

Perante tudo isto e na impossibilidade de termos uma estratégia local de habitação estruturada, fundamentada, participada e discutida é melhor termos esta estratégia local de habitação, do que não termos nenhuma.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

12 – Transferência de competências no domínio da ação social – D.L. nº. 55/2020, de 12 de Agosto;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

13 – Área de Reabilitação Urbana (ARU) / Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) de Portalegre e Alegrete – Prazos;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

14 – Relatório semestral da União de Freguesias de Reguengo e S. Julião, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª, do Auto de Transferência de Competências;

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

15 – 4.ª Alteração ao mapa de pessoal de 2018, da Câmara Municipal de Portalegre.

- Deliberação da CMP de 21.04.2021 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)

“O grupo da CDU vota favoravelmente esta alteração ao mapa de pessoal, mas espera para que o mesmo tenha todo o efeito e a percussão do que é pretendido e que a Câmara municipal de Portalegre elabore as instalações necessárias para que, quer o veterinário, quer a enfermeira veterinária, possam exercer todas as suas ações e a faculdade das suas capacidades.”

Moção / PCP/PEV – 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores (Dioçgo Júlio Serra)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa disse que, antes de ser votada a minuta da ata, havia uma resposta complementar ao requerimento apresentado pela CLIP, quanto ao balanço das iniciativas da Assembleia Municipal de Portalegre e seria remetida aos serviços, no sentido de responder à Assembleia Municipal o que tinha sido requerido e de serem fornecidos os seus próprios documentos, ou melhor, as moções e requerimentos apresentados e aprovados e se dos mesmos tinha havido respostas. Determinou que os serviços façam o esforço, no sentido de responder, nos termos do requerido. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 31.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 01H45, do dia 01 de maio do ano de dois mil e vinte e um e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)